

39º Encontro Anual da ANPOCS

26 a 30 de outubro de 2015

Caxambu–MG

GT20: Marxismo e Ciências Sociais

Partidos marxista-leninistas: a arena eleitoral como subsidiária as disputas políticas da  
área sindical

Pablo Thiago Correia de Moura

## **Partidos marxista-leninistas: a arena eleitoral como subsidiária as disputas políticas da área sindical**

### **Resumo**

Historicamente, a arena sindical representa um campo de atuação para os partidos de origem socialista e marxista por constituir espaços para os operários aglutinarem forças e desenvolverem a ação coletiva em detrimento da dispersão dos operários no início da união de classe. A organização política do proletariado realizou-se por intermédio dos sindicatos e por sua ação conjunta com os partidos das classes operárias, muitas vezes utilizando a arena eleitoral como subsidiária às arenas extraeleitorais, as eleições como campo secundário nas proposições políticas do marxismo-leninismo para mobilização da representação das bases. O objetivo do trabalho foca as formulações teóricas marxista-leninistas para os partidos políticos no campo eleitoral, entendendo que tratam esta arena como campo secundário ao campo sindical, formulando táticas políticas que se mostram uma extensão das lutas sindicais especialmente, e que esse aspecto produz limitações à extensão do alcance das estratégias destes partidos.

## 1. Introdução

A arena eleitoral como subsidiária às arenas extraeleitorais, as eleições como campo tático nas proposições políticas do marxismo-leninismo para mobilização da representação de bases. O objetivo do trabalho é focar as formulações teóricas marxista-leninistas para os partidos políticos no campo eleitoral, entendendo que ao tratarem esta arena como campo adjacente ao campo sindical, formulam táticas políticas que se mostram uma extensão das lutas sindicais especialmente. Não se trata aqui de observar o espaço eleitoral como manifesto para táticas marxistas como o fez Bernstein em sua clássica formulação para a II Internacional, mas entender esse espaço enquanto subutilizado pelos marxistas.

Analisaremos essa proposta temática a luz das referidas teorias políticas marxista-leninista em suas proposições políticas defendidas pelos mesmos, os conceitos de tática e estratégia para os partidos comunistas demonstrando que a tática tem uma margem de flexibilidade ao estar relacionada com o ambiente e conjuntura política de dada época, “a tática deve se adaptar as diversas situações cada vez que surge uma nova conjuntura política, a tática deve responder com formas de organização e de lutas apropriadas à nova situação” (HARNECKER, 2003, p. 134), e “a estratégia revolucionária determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo geral: a derrota da burguesia e a implantação do comunismo” (HARNECKER, 2003, p. 80).

Um partido comunista, mesmo em uma situação de democracia, não se limita apenas ao terreno parlamentar e institucional. As eleições são úteis e devem servir de importante ponto de apoio às lutas diretas, aguardando-se o momento decisivo para a tomada do poder político centralizado na figura do Estado.

Nossa hipótese é que a arena eleitoral funciona como subsidiária para as lutas extraeleitorais (sindical, principalmente), e que essa perspectiva acaba acarretando ônus na busca por representação de base desses partidos por subutilizar o processo eleitoral.

## 2. As arenas políticas

Os estudos dos partidos políticos dividem-se em duas grandes áreas, interconectadas, uma análise interna, ou intrapartidária, focando em aspectos como organização e estrutura partidária (normas, burocracia, cargos, dirigentes, hierarquia),

ideologia, objetivos, representação social, origem histórica, composição social dos membros, tendências (frações), formas de ingresso no partido, distribuição do poder interno, causas e formas de mudanças partidárias etc. Outra, uma análise externa, fornece elementos analíticos quanto às ações partidárias (tática e estratégia); fidelidade partidária; trajetória política de dirigentes e detentores de mandato; os sistemas político, eleitoral, partidário e jurídico em que se inserem e relacionam-se os partidos; os ambientes institucionais (eleitoral, parlamentar e governamental), os ambientes extraeleitorais (sindicatos, movimentos sociais em geral), recursos que os partidos detém etc.

As arenas representam os diversos campos que os partidos concorrem entre si, três dimensões clássicas nos estudos de partidos políticos se apresentam a exame, quanto aos ambientes (arenas) em que essas organizações atuam, são elas: primeiro, a dimensão interna, que busca traçar um perfil de dada agremiação partidária a partir de parâmetros tais como a estrutura organizativa e ideologia política observando os partidos como unidade de análise. A segunda dimensão que auxilia na construção da identidade partidária, é a dimensão institucional, que verifica a atuação dos partidos políticos ante as contingências existentes nas seguintes arenas institucionais: eleitoral e decisória. Uma terceira dimensão, foca na atuação dos partidos na arena extraeleitoral, como estes atuam em dois cenários: o sindical e dos movimentos sociais, e como ocorre essa inserção. Abaixo tentaremos caracterizar, alguns aspectos particulares de cada uma dessas dimensões.

A análise da dimensão interna privilegia a abordagem dos temas estrutura organizativa e ideologia política dos partidos, ao examinar o modo que a organização partidária se relaciona com aspectos ideológicos, como: o programa político, as estratégias eleitorais, a relação com sua base social, suas linhas ideológicas, tratando da coerência entre deliberações e conteúdos programáticos estabelecidos nos documentos oficiais dos partidos definidos em seus respectivos congressos e manifestos. Em termos ideológicos, verifica-se se suas doutrinas políticas intimamente ligadas a sua origem divergem uma da outra, o que propõem e ao que estão endereçadas.

A análise da dimensão denominada de arena institucional caracteriza-se pelo estudo dos partidos e suas relações com o processo eleitoral e a arena decisória (governo

e parlamento), quais as estratégias eleitorais e aliancistas<sup>1</sup>, seu manifesto político, programa de governos, são algumas das especificidades de apreciação nesse espaço.

A terceira dimensão que corrobora com a classificação dos partidos e sua atuação dá-se na averiguação destes nas arenas extraeleitorais, principalmente, sindicatos e movimentos sociais. Na arena sindical, investiga-se a inserção dos partidos no sindicalismo<sup>2</sup>; verifica-se “os dilemas” ideológicos e políticos foram transportados a arena sindical, entre outros. No campo dos movimentos sociais, busca-se compreender como os partidos se veem diante da perda de protagonismo no tocante a representação política e paralelamente a ascensão dos movimentos e organizações sociais nesse campo, com a chamada crise de representatividade; outros estudos recaem sobre cooptação de movimentos sociais, incluindo suas lideranças pelos partidos políticos.

Um dos estudos mais reconhecidos sobre partidos políticos e seu modo de atuação em diferentes espaços políticos é de Ângelo Panebianco (2005), o autor acena ao tipo de postura que o partido (e também a organização) deve desempenhar diante do ambiente em que está inserido, do tipo adaptação ou do tipo domínio. O ambiente em que o partido se adapta é aquele em que o mesmo (o ambiente) exerce domínio sob a organização. Isso acontece por sobrevivência ou manutenção das posições de poder dentro da estrutura organizativa partidária, assim como afirmação de princípios ideológicos originais. Analisando para o ambiente eleitoral, um exemplo deste tipo de organização é aquela que o partido se limita a transferir para arena eleitoral as demandas dos grupos sociais que formam sua base (perspectiva sociológica), sendo assim é uma organização do tipo que se adapta ao ambiente. A organização modifica (domina) o ambiente, por exemplo, quando busca maximizar os próprios votos no intuito de dominar a arena eleitoral, “certos ambientes impõem à organização a adaptação, outros lhe permitem amplas possibilidades de manipulação” (PANEBIANCO, 2005, p.397).

Para Panebianco (2005) os partidos devem formular estratégias em função dos humores eleitorais, as organizações quase sempre tem diante de si, um mundo externo sobre o qual exercem um controle limitado e do qual podem provir desafios devastadores. Estipular, ou redefinir, ou fomentar alianças com outras organizações, estabelecer os temas sobre os quais devem ser travados conflitos com outras

---

<sup>2</sup> Luta contra a burocracia sindical, análise da participação dos partidos com inserção nessas centrais sindicais e o sindicalismo de base.

organizações (partidos) são apenas algumas das muitas tarefas de gestão das relações com o ambiente que alguns agentes devem necessariamente assumir, em nome da organização (Panebianco, 2005).

Outra influente abordagem institucionalista da organização de partidos eleitoralmente fracos é Kitschelt (1989), para o autor os partidos podem se pautar pela “lógica da competição eleitoral” ou pela “lógica de representação das bases”, acreditamos que os partidos marxista-leninistas guiam-se mais pela lógica da representação das bases. Entretanto, não se tratam de duas categorias absolutas, existindo um continuum entre elas.

### **3. O modelo marxista-leninista de Partido: uma conceituação histórica, organizativa e teórica.**

As transformações econômicas, políticas e sociais produzidas pelo processo de industrialização, no final do século XIX, constituíram o ambiente para o desenvolvimento do movimento operário e, com isso, o surgimento dos partidos operários. Na segunda metade do século XIX, os termos partidos socialistas e partidos comunistas eram usados como sinônimos de partidos vinculados ao movimento da classe trabalhadora. Posteriormente, identificados com o tipo de partido proposto por Lênin<sup>3</sup> no início do século XX em ruptura com os segmentos socialdemocratas do movimento operário, a função a qual os partidos comunistas se propunham era de educar e conscientizar as massas sobre seu papel de submissão diante do sistema capitalista e da ordem política burguesa, visando que a mesma consciente de sua condição, desenvolvesse uma estrutura organizativa estável e articulada, que envolvesse o maior número de trabalhadores e que atingisse toda a esfera de sua vida social para acolher as demandas e exigências e transformá-las em um programa de luta. Para isso, era necessário criar um corpo de funcionários exclusivamente para desenvolver a atividade e o programa político. Esse corpo de funcionários tinha como trabalho dedicar-se à atividade de propaganda e educação dos trabalhadores, em tempo integral, para isso deveria ser escolhidas pessoas qualificadas para esta função. Não necessariamente esse

---

<sup>3</sup> Lênin em 1898 compôs o Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR), que depois de 1902 e do livro *Que Fazer?* irá dividir-se em Bolcheviques e Mencheviques. Importante frisar que até 1914, Lênin defendia o processo revolucionário na Rússia Czarista em duas fases: uma democrático-capitalista burguesa e posteriormente, proletária e socialista.

corpo de funcionários qualificados teria de ser formado por trabalhadores das fábricas (representação orgânica da classe), pois esses não dispunham de tempo nem qualificação necessária para serem os agentes organizativos do partido comunista, como explicado por Lênin (1978), para quem os trabalhadores fabris possuíam apenas a espontaneidade das massas oprimidas.

A defesa da construção de um partido proletário independente no pensamento e na atividade política de Marx e Engels era de fundamental importância, a classe operária não poderia agir como classe exceto constituindo-se em um partido político que seja distinto dos velhos partidos, formados pelas classes proprietárias e a elas se oponha; essa era uma das principais Resoluções da Primeira Internacional.

Marx defendia que, como havia apenas um proletariado, deveria haver apenas um partido. Ressaltamos que a estrutura organizativa do partido e as funções inerentes a essa não foram detalhadas por Marx, Lênin acabou por explicitar essa temática.

A participação no processo eleitoral, segundo a lógica dos comunistas de orientação marxiana, também contribuía para uma melhor organização da classe operária. As eleições eram, portanto, um terreno favorável para o proletariado acumular força, aguardando o momento decisivo para a tomada do poder. O reformismo via eleitoral era considerado, portanto, uma etapa anterior ao processo de revolução socialista “Para realizar a ‘revolução social’ – expressão que, anteriormente a 1917, denotava transformação das relações sociais, mas, não necessariamente, uma insurreição violenta – seria suficiente seguir o caminho das reformas” essa concepção era característica da II Internacional.

O partido comunista aparecia como o que aglutinava a concepção materialista da história e o papel decisivo de um partido junto à revolução proletária. Para Marx, o partido tinha por objetivo e função primordial auxiliar o proletariado a derrubar o Estado burguês e implantar a ditadura do proletariado. Para isso, propunha um programa de governo mínimo que deveria ser implantado pelo proletariado após o estabelecimento da sua ditadura (MARX, 1990).

Sobre essa etapa de implantação de um Estado Proletário, é importante perceber, além da preocupação de derrubar o Estado burguês, seria necessário criar as condições para o estabelecimento do proletariado como a classe dominante do poder político. Isso passava necessariamente pelo desenvolvimento de todo aparelho político e econômico burguês – a indústria, a propriedade, o capital –, criando-se assim os alicerces necessários

à derrubada pelos proletários do capitalismo burguês: “o objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletário” (MARX, 1990, p. 31).

A questão não só da democracia, mas também da república seguia como novos parâmetros a serem seguidos pela revolução, como parte da fase etapa socialista,

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas (MARX, 1990, p. 37).

Eduard Bernstein, dirigente do Partido Social Democrata Alemão, afirmava que através do voto os operários conquistariam a maioria parlamentar e através de uma legislação adequada reformariam e superariam de forma lenta, gradual e pacífica o regime capitalista. Ou seja, os partidos socialistas deveriam priorizar o movimento progressivo das reformas em detrimento da luta em prol do objetivo final, a revolução. Apesar de ser considerado um instrumento da burguesia, participar institucionalmente da disputa eleitoral e de um possível mandato parlamentar serviria para o partido atuar de modo a distinguir-se não só das políticas burguesas, mas também diferenciar-se dos anarquistas, defensores do abstencionismo. O dilema entre reforma e revolução – no sentido de ruptura radical com a ordem vigente – acompanharia a história do Partido Socialdemocrata Alemão até a sua ruptura com os segmentos leninistas do movimento operário provocando divisões e rompimentos na organização partidária como no caso das estratégias políticas traçadas para o contexto da 1ª Guerra Mundial em 1914.

O conceito de partido comunista de Lênin continha forte influência do pensamento de Marx e Engels, porém se distinguia dele em relação à constituição formal do partido, no que diz respeito não tanto ao conteúdo (ponto central da visão de partido constituído por trabalhadores de Marx), mas principalmente à constituição organizativa – constituição formal do corpo hierárquico partidário e planejamento sistemático do programa de metas e funções inerentes à ação partidária.

Para Lênin, a estrutura organizativa do partido denominada de centralismo democrático (usou a expressão pela primeira vez em 1905), seguiria o seguinte formato:

a cúpula partidária era constituída pela direção central (Comitê Central), eleita pelos delegados enviados pelas seções regionais e locais ao Congresso Nacional, esse último, o órgão máximo de deliberação dentro do partido que estabelecia a linha política e a que deviam sujeitar-se todas as instâncias dentro do partido, desde as seções até a direção central, depois de realizado, o Congresso Nacional do Partido era instinto temporariamente até a realização do próximo. Todas as posições diretivas de função decisória eram de caráter eletivo, sendo também função das assembleias do partido escolher os candidatos às eleições. Estes últimos, uma vez eleitos, tinham um mandato imperativo e sujeitavam-se a uma rígida disciplina de partido na sua atividade parlamentar.

O partido de vanguarda de Lênin alicerçava-se num modelo centralizado e empenhado em fundir a teoria e a consciência socialistas com o movimento operário. Ele define um partido de quadros limitados e hierarquicamente organizado como o mais adequado tanto ao estágio de desenvolvimento do movimento operário na época, quanto às condições de ilegalidade impostas pelo czarismo. No entanto, valendo-se da maior liberdade proporcionada pela revolução de 1905, e conseqüentemente pela revolução de outubro de 1917, Lênin manifestou-se totalmente favorável a um amplo partido de massas baseado no centralismo democrático, com eletividade, responsabilidade e possibilidade de afastamento das lideranças. No seu livro *Que Fazer?* Lênin afirma: “a consciência política de classes só pode ser levada ao operário de fora, isto é, só de fora da luta econômica” (LÊNIN, 1961, p. 422). E distinguiu consciência sindical – que os operários podiam adquirir espontaneamente – e consciência social democrata<sup>4</sup> – que o partido tinha por função desenvolver entre o proletariado.

O que acabara materializando a representação de partido proposta por Lênin foi a III Internacional Comunista, fundada em 1919 em Moscou. A III IC não via as reformas como um meio para uma revolução posterior, via a socialdemocracia como adversária e oposta aos interesses comunistas. A III Internacional, de inspiração leninista, via a ideia de revolução como sinônimo de uma ruptura brusca e radical com a ordem econômica, social e política burguesa. A III Internacional pregava a unidade de ação e pensamento, através do centralismo democrático, segundo o qual a minoria deveria se submeter às decisões da maioria depois de amplo debate no interior das instâncias organizacionais do

---

<sup>4</sup> O termo socialdemocracia está concebido em perspectiva revolucionária, diferente da socialdemocracia de Bernstein, caracterizada na II Internacional.

Partido. Outro traço marcante foi o incentivo à formação de vários partidos comunistas em países de todo o mundo, considerados seções nacionais da Internacional Comunista. Ressaltamos que na tradição da III Internacional Comunista a questão da organização partidária teve grande importância, pois materializava o conceito de partido de vanguarda desenvolvido por Lênin, segundo o qual caberia ao partido comunista assumir a liderança do movimento operário, servindo de guia ou vanguarda para a revolução. A revolução era percebida como resultado do conflito entre as classes sociais, com a ação coordenada do partido direcionado pela teoria marxista-leninista.

Na visão de Lênin, sem o partido, a classe operária permaneceria limitada às reivindicações imediatistas das lutas sindicais, e a consciência política do proletariado só se desenvolveria a partir de um agente externo, no caso, o partido revolucionário conduzido pela sua vanguarda.

A ideologia marxista-leninista visava assegurar a disciplina e a exclusividade do partido na formação de quadros políticos e sua pretensão à condição de vanguarda. Dessa forma, a relação entre classe operária e consciência da classe operária foi disposta assim: primeiro, o partido de quadros com ajuda dos intelectuais a ele pertencentes, desenvolvia a consciência de classe, da qual a visão marxista de mundo era o núcleo; depois, essa consciência era transmitida à classe operária pela liderança comunista.

A visão leninista de mundo se baseia numa concepção científica de sociedade como também propunha Marx. É uma concepção de tomada de poder para e pelo proletariado e de construção da sociedade que legitima, através da ciência e da prática sócio-política, a ação revolucionária do partido, representante da classe operária. Os leninistas enfatizam o papel do Partido Comunista como arma de luta. O partido é formado de militantes marxistas dotados da consciência de classe e organizado segundo o princípio do centralismo democrático. Para os leninistas, o problema do sindicalismo, é que este não é dotado da consciência política trazida pelo partido comunista, residindo em sua perspectiva ser muito estreita e estar voltada essencialmente para a melhoria das condições econômicas da classe trabalhadora, e não para a atividade revolucionária. Em vez de confiar no desenvolvimento espontâneo da consciência da classe operária, os leninistas veem no partido um catalizador que leva a teoria revolucionária e a organização política às massas exploradas. Como sentenciava Lênin (1978), sem uma teoria revolucionária não pode haver qualquer movimento revolucionário.

Para os marxistas-leninistas a tomada do poder é resultado da luta revolucionária. Após a tomada do poder, é preciso estabelecer inicialmente a ditadura do proletariado, sob a hegemonia do partido. No livro *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução* (1979f), Lênin identificava a ditadura do proletariado com a tomada de poder com a destruição do governo provisório, o desmantelamento do exercito, a nacionalização das terras e dos bancos, o controle da produção pelos operários e uma nova Internacional. A tática dos bolcheviques consistia em conquistar os soviets<sup>5</sup> para estas posições revolucionárias. Importante contextualizar que Lênin analisava a Rússia nesse momento em uma fase de transição entre a revolução burguesa – fevereiro – e a proletária.

Os leninistas rejeitam a possibilidade de que o Estado capitalista possa ser conquistado e posto a serviço dos interesses do proletariado, ou de que o socialismo possa ser atingido por meios evolucionários dentro do Estado capitalista, como propunham os socialdemocratas da II Internacional, particularmente inspirados por Bernstein. Por isso, enfatizam o papel de vanguarda do partido, e não apenas a atividade em âmbito sindical da classe operária.

Um partido comunista, mesmo em uma situação de democracia, não se limita apenas ao terreno parlamentar e institucional. Um partido comunista, além da atividade política, oferece aos seus militantes uma gama de atividades na área social, cultural, recreativa etc., atuando em todas as esferas da vida, pois sua proposta é não apenas mudar o regime político ou as formas de governos, mas transformar as relações sociais e fazer vigorar uma nova concepção de mundo.

Sintetizamos assim o pensamento de Lênin para a questão do partido revolucionário

seu pensamento teórico sobre o partido foi um constructo baseado na análise empírica da realidade, através de um processo evolutivo; desde um texto inicial como *Que Fazer?* no qual implicava a construção de um partido de vanguarda em face do déficit organizativo POSDR; passando por uma tomada de posição revolucionária com total poder aos soviets em, *Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução*; até cristalizar-se já no formato conhecido da URSS, com a concentração de poderes pelo C.C. em, *Esquerdismo doença infantil do comunismo*” (FIGUEIREDO, 2013, p. 46).

---

<sup>5</sup> Soviets em linhas gerais eram órgãos do poder operário e camponês na Rússia.

#### 4. A perspectiva eleitoral para os partidos marxista-leninistas

Historicamente os partidos políticos de caráter marxista participam do processo eleitoral orientados preponderantemente para a propaganda eleitoral e a obra de educação moral e política das massas utilizando os espaços do processo eleitoral representativo enquanto campo de divulgação do pensamento revolucionário socialista-comunista como descrito, por exemplo, nos textos Manifesto Comunista e Crítica ao programa de Gotha, de Karl Marx e F. Engels, O Estado e a revolução e Que Fazer, de V. Lênin, e A propósito do partido comunista, de Pannekoek para denunciar os limites da democracia política burguesa através do método dialético da luta de classes, resumida assim

a alternativa revolucionária estaria na organização de ‘partidos socialistas’ e no enfoque da ‘participação parlamentar’ como ‘um elemento político subordinado à estratégia revolucionária global’, e não no ‘abstencionismo’ (LESSA, 1996, p. 169).

Os partidos marxistas de caráter socialista-comunista surgiram no intuito de ajudar a criar uma consciência coletiva para educar as massas e torná-las politicamente ativas e conscientes do seu papel de classe. A participação no processo eleitoral, segundo essa lógica, contribui para uma melhor organização da classe operária, pensamento esse predominante na 1ª Internacional. Desse modo, as eleições são úteis enquanto terreno favorável para o proletariado acumular força e que as eleições devem servir de importante ponto de apoio às lutas diretas, aguardando-se o momento decisivo para a tomada do poder político centralizado na figura do Estado. Adiantamos aqui que, esse aspecto descrito é causa da forte característica de imobilidade político-ideológica identificada nos partidos marxista-leninistas.

A crítica feita aos instrumentos liberal-republicanos de democracia é que estes sob a égide de um regime de classes serviria apenas para a participação limitada e insuficiente das camadas mais pobres da população com o sufrágio e as eleições. Segundo os partidos de caráter marxista-leninistas, esses mecanismos na verdade devem ser vistos apenas como instrumentos através dos quais o movimento proletário melhora seu nível de organização e comprometimento, e aglutina forças para a verdadeira

revolução sócio-política<sup>6</sup>, que em hipótese alguma, poderia ser feita através de instrumento político burguês. A verdadeira política existiria caso houvesse igualdade política e soberania popular. Porém, não se conclua que se deva subestimar ou negar a importância da estratégia da hegemonia na luta pelo avanço da democracia e na transição ao socialismo. Para os partidos marxista-leninistas revolucionários, a batalha pela hegemonia é condição prévia e necessária, mas nunca suficiente, na luta pelo socialismo.

A esfera política é um dos principais espaços de que dispõe a classe trabalhadora para enfrentar a exploração e a opressão do capital, já que não há política fora da disputa pelo poder e contra o Estado. “Retira-se o Estado da política e o que sobraria? Trata-se da ideia de um fazer político, não independente do Estado, mas indiferente à sua realidade” (ROCHA apud LESSA, 1995, p. 53). Ressalta-se a preocupação em evitar que a participação institucional acabe por submeter os militantes socialistas à ordem burocrático-administrativa burguesa.

Para os partidos marxista-leninistas revolucionários existe a necessidade da revolução ser permanente, como no trotskismo, até a extinção do Estado e da política como formas de dominação e exploração, e também da ditadura do proletariado como meio para essa ruptura, transformação. Apenas dessa forma, pode ter legitimidade a revolução de caráter verdadeiramente social, político e econômico. Sobre a democracia política, essa só serviria enquanto busca por igualdade verdadeiramente social, hoje entendido por justiça social, “na medida em que a realização da igualdade política exigia como pressuposto a igualdade social, estabelecia-se a identidade entre democracia e comunismo [...] entretanto, não era feita à democracia como forma institucional [...] a democracia liberal-representativa” (BIANCHI, 2007, p. 119).

A democracia representativa enquanto campo de atuação para atividade tática constitui-se como esfera político-eleitoral em um dos principais instrumentos de que dispõe os partidos políticos marxistas representantes da classe trabalhadora para enfrentar a exploração e opressão do capital, já que não há política que exclua a disputa pelo poder

---

<sup>6</sup> Revolução sócio-política: conceito imprescindível do marxismo, segundo o qual a conquista do poder político através das regras do jogo – processo eleitoral institucional – ou através de uma insurreição violenta que solapasse do poder vigente a classe dominante burguesa – como na teoria leninista da tomada do poder – ainda não poderiam concretizar em sua totalidade uma revolução política, econômica e social se não forem concretizados e instaurados os valores socialistas sob uma perspectiva dialética, em que se instaurasse um regime viável com a mobilização constante da classe operária e demais camadas populares no exercício direto do poder. Revolução enquanto transformação qualitativa das diretrizes do Estado, e não se limitando a uma alteração no controle do poder político governamental como apenas uma revolução política.

e o Estado, uma alternativa revolucionária estaria na organização de partidos socialistas e no enfoque da participação parlamentar como “um elemento político subordinado à estratégia revolucionária global e não no abstencionismo” (LESSA, 1995, p. 54).

É tarefa dos partidos de influência marxista resgatar o papel histórico de partido revolucionário junto ao movimento de massas, disputando sua hegemonia política e ideológica, visando assumir a direção do movimento operário. Deve adotar como prioridade o movimento de massas, como também o trabalho nos sindicatos de trabalhadores, procurando transformar grande parte de seus atuais militantes em dirigentes sindicais, privilegiando o recrutamento de novos militantes nessa área de atuação. Os marxistas revolucionários não acreditam que a transformação da sociedade será feita “por dentro”, no jogo “viciado” das eleições. É preciso convencer a população disso, segundo os mesmos, isso só pode ser feito por meio de uma forte luta política e das experiências dos próprios trabalhadores com o regime com o qual estão se confrontando. A transformação da sociedade só pode ser feita por uma revolução, a opção de participar ou não das eleições é uma questão tática, portanto.

Diante desse quadro, os partidos marxista-leninistas caracterizam-se por utilizar tática política que enaltece o aspecto ideológico como arma principal na disputa da arena eleitoral, utilizadas em oposição a seus adversários.

## **5. A arena eleitoral como subsidiária as disputas políticas da área sindical**

A arena eleitoral funciona como subsidiária para as lutas extraeleitorais, como a sindical. Os partidos marxista-leninistas utilizam o espaço eleitoral enquanto local privilegiado de visibilidade política para tentar buscar ocupar outros espaços políticos onde teriam melhor inserção junto à população. Ou seja, buscar o sucesso na arena sindical, utilizando a arena eleitoral enquanto campo intermediário.

Propomos entender que essas organizações partidárias e seus objetivos na disputa eleitoral utilizando a perspectiva que tem por base as características originárias destes partidos políticos e seu vínculo ideológico sendo esse aspecto essencial para a formulação de estratégias eleitorais tão particulares e diferentes do que propõe a maioria dos partidos políticos no processo eleitoral. Para fundamentar essa hipótese, utilizo a questão sindical enquanto intrínseca à identidade dessas organizações políticas, inclusive com a inserção eleitoral como extensão da sindical.

A justificativa para a atuação dos partidos na arena sindical é que sua origem partidária com forte viés sociológico e ideológico de caráter classista-trabalhista impõe às organizações marxista-leninistas participarem das lutas sindicais. Por esses partidos buscarem a representação classista tanto quanto (ou até mais) que a representação eleitoral, a arena sindical passa a ser um campo de disputa como também de busca de manutenção de identidade classista imprescindível a esse tipo de organização. Os partidos marxista-leninistas não se limitam à atividade específica (busca por votos ou ganhos eleitorais) ou ao ambiente onde se desenvolve essa atividade (arena eleitoral), mas à procura de outros tipos de ganhos políticos não inseridos exclusivamente nas perspectivas de âmbito estritamente parlamentar-eleitoral, vislumbrando as instâncias sindicais e dos movimentos sociais. Ocupar um espaço à esquerda no movimento sindical atribui à primazia das lutas diretas a essas organizações, considerando que a campanha eleitoral, assim como os eventuais mandatos deverão estar a serviço das lutas diretas dos partidos marxista-leninistas fora da arena política eleitoral-parlamentar nas disputas por representação nos movimentos sindical e popular, porque as lutas diretas são determinantes para conquistar as mudanças favoráveis para a maioria do povo. São as lutas diretas que podem fazer avançar realmente para o socialismo.

As estratégias dos partidos marxista-leninistas observadas em nível eleitoral caracterizam-se por disputar a base social e sindical com outros partidos, principalmente os alocados no espectro político da esquerda, os debates são transportados para o ambiente eleitoral utilizando esse espaço para fazer “campanha” objetivando as arenas extraeleitorais.

De acordo com as elaborações dos partidos marxista-leninistas, manter a coerência é imprescindível, pois acreditam que em caso de crise revolucionária serão reconhecidos pelas massas por manterem sua coerência.

A dimensão eleitoral medida pelo número de votos tem efeitos essencialmente indiretos sobre essas organizações partidárias, pois esses partidos percebem muitas vezes as suas relações com o ambiente externo apenas em termos de filiados e militantes, em detrimento do número de eleitores. A possibilidade de vitória eleitoral no atual contexto político é mínima (aspecto esse a que nos reportaremos mais adiante), mas a decisão de pressionar os governos abrem possibilidades para explicações quanto à atuação desses partidos no espaço político e em toda a amplitude de seus campos (eleitoral, sindical, e dos movimentos populares).

## 6. O eleitorado como obstáculo

Os partidos políticos com tendências a discursos e plataformas políticas mais moderadas, acabam por garantir o voto da maior parcela do eleitorado em detrimento dos candidatos de partidos com discurso menos moderado.

O eleitor médio, tipo de eleitorado decisivo nas eleições na perspectiva de Downs (1999), atribui em duas as funções inerentes aos partidos políticos, circunscritos à conjuntura do jogo político democrático institucional: a) estruturar as preferências do eleitorado, funcionando como ponto de partida para que os cidadãos escolham seus representantes; b) fazer parte do governo e organizar o processo de tomada de decisões no Legislativo, por meio dos seus líderes, possibilitando, assim, o estudo e aprovação de projetos de lei. Com isso, o partido torna-se sujeito da ação política e é delegado para agir no sistema, a fim de conquistar o poder e governar (KINZO, 2005; CARREIRÃO, 2006).

Nesse sentido, o eleitorado seguindo esses pressupostos políticos tenderia mais à estabilidade do que à mudança, favorecendo a intenção das composições políticas dirigirem-se mais às posições centrais do que às radicais ou extremistas. Isso faz com que as atividades dos partidos tenham por objetivo realizar as decisões endereçadas ao atendimento de certas necessidades da população, ou o eleitor médio.

Ressaltamos que essa peculiaridade se é importante na disputa política na arena eleitoral, pode ser permissiva no âmbito interno dos partidos, ao afastá-los, portanto dos seus compromissos ideológicos outrora firmados. Fatores como a organização, os recursos financeiros e as estratégias de aliança de um partido servem também de pistas explicativas ao sucesso da atuação eleitoral dos partidos moderados.

Os partidos marxista-leninistas caracterizam-se por seus respectivos programas políticos ressaltarem a necessidade de ruptura com aspectos essenciais da ordem político-social vigente, onde propõem mudança da economia, transformação da política institucional e revolução social.

Segundo Duverger (1970), os partidos comunistas e socialistas estão atrasados em relação à evolução dos eleitores e às necessidades dos mesmos. Duverger coloca que a classe operária sofreu transformações que acabaram por alterar sua estrutura de classe, sendo a classe proletária atualmente, “uma minoria no conjunto dos assalariados, que por sua vez apresentam grande diversidade [...] As sociedades [...] evoluem de certo modo

em direção a sociedades de classes médias” (DUVERGER, 1970: 407). Nessa perspectiva, os partidos mais radicais ainda não ousam transpor a barreira do discurso de revolucionários para reformistas, pois ainda é mal recebida por eles. A revolução é colocada enquanto objetivo final, ainda que o processo em que esses partidos estejam envoltos tenha-se modificado. Nesse atual contexto, o conflito entre socialismo e o capitalismo deixaria, portanto, de ser um conflito pela transformação do regime para se tornar um conflito no regime, que é o da democracia representativa, do pluralismo dos partidos e das liberdades públicas. Corroborando com Duverger, o membro do Partido Comunista Italiano (PCI), na fase eurocomunista do mesmo,

A única perspectiva realista para a revolução socialista não é mais a conquista e substituição integral dos aparelhos do Estado, mas, sim, a sua transformação e orientação radicalmente diversas. O terreno fundamental da luta é o dos aparelhos de hegemonia (escola, igreja, mass media, justiça, instituições políticas e administrativas, família etc.) (VACCA apud TOLEDO, 1994, p. 31).

Dito isso, entende-se como no atual contexto democrático eleitoral-institucionalista em que os partidos marxista-leninistas encontram-se imersos, sobram poucos espaços para o sucesso eleitoral destes. Podemos perceber que a não-adaptação ou flexão de alguns princípios destes partidos acarretam limitações e insucessos na arena político-eleitoral, por esses partidos não estarem atendendo aos anseios do eleitorado médio<sup>3</sup>, tido como determinante na disputa eleitoral. Assim, as características do atual jogo político dificultam a vida dos partidos revolucionários.

Portanto, na atual lógica eleitoral, em que o eleitorado torna-se social e culturalmente mais heterogêneo, portanto menos controlável pelos partidos mediante sua organização, cria-se uma poderosa pressão para a transformação das diretrizes organizativas voltada ao processo eleitoral (DOWNS, 1999). Downs registra que o sufrágio universal, experimentado no regime político democrático representativo, é muito utilizado pelo eleitor na forma de voto em partidos moderados, deixando um número pequeno de eleitores sujeito a posicionamentos mais radicais na distribuição do eleitorado, desfavorecendo assim os partidos marxista-leninistas e suas plataformas políticas ao não vincularem-se a essa caracterização, ocorre de acarretar-lhes o ônus eleitoral.

## 7. Considerações Finais

O tipo de postura que esses partidos desempenham diante do ambiente em que estão inseridos – as eleições – adaptação ou domínio, conceitos utilizados por Ângelo Panebianco (2005), auxilia-nos a expor os interesses latentes contidos na participação desses partidos no processo eleitoral.

Manifesta-se nos partidos marxista-leninistas uma postura de partido que se adapta – aquela em que o ambiente exerce predomínio sob a organização –, em que as agremiações revolucionárias passam a concorrer na arena eleitoral de forma que privilegiam, em seu discurso partidário, programa político e estratégias a manutenção de posicionamentos ideológicos e a afirmação de posturas políticas, porém muito distantes de ocasionarem sucessos políticos e eleitorais. Então, encoraja-nos acreditar que esses partidos podem utilizar o espaço da arena eleitoral enquanto local privilegiado de visibilidade de mídia e política, na tentativa de ocupar outros espaços políticos em que teriam maior probabilidade de inserção junto à população. Ou seja, buscam o sucesso na arena sindical, utilizando a eleitoral enquanto campo intermediário.

Propomos assim compreender as organizações partidárias marxista-leninistas e seus objetivos na disputa eleitoral utilizando a perspectiva que tem por base as características originárias destes partidos políticos, sendo esse aspecto essencial para a formulação de estratégias e atuação eleitorais. Para fundamentar essa hipótese, utilizamos a questão sindical enquanto intrínseca à identidade dessas organizações políticas, inclusive com a inserção eleitoral como extensão da sindical.

Historicamente, a arena sindical representa um campo de atuação para os partidos de origem socialista e operária desde os primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, por constituir espaços para os operários aglutinarem forças e desenvolverem a ação coletiva em detrimento da dispersão dos operários no início da união de classe. O desenvolvimento do proletariado realizou-se por intermédio dos sindicatos e por sua ação conjunta com os partidos das classes operárias. Os partidos socialistas dedicados às lutas da classe trabalhadora dedicaram-se sempre às bandeiras dos sindicatos, para dirigi-los e, ao mesmo tempo, utilizar essa experiência como processo posterior às lutas de classe no campo político-estatal.

O papel dos sindicatos enquanto elemento político de construção e organização partidária é significativo nas metas estabelecidas pelos partidos marxista-leninistas, a

tradição histórica dos mesmos, oriunda do trabalho e da luta junto às entidades sindicais, por vezes liderando-as, faz com que esses partidos revolucionários utilizem os aspectos sindicais a que tanto se assemelham para lutar nessa esfera e torná-la, uma vez mais, um campo de atuação política.

Entendemos assim que os fins eleitorais – pela baixa perspectiva de vitória eleitoral – são tão importantes quanto os fins não eleitorais – divulgação das propostas político-partidárias, busca de representatividade junto a diferentes setores da sociedade civil, direção de sindicatos.

Descartando as perspectivas meramente eleitorais que são propostas no pleito eleitoral, ou as supostas possibilidades de disputas de cargos executivos (que não existiam na realidade), os partidos de marxista-leninistas, porém, não apresentam a impossibilidade de construir ferramentas para além desse quadro.

## 8. Referências Bibliográficas

- CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Maio 2006, vol.12, nº.1, p.136-163.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. Tradução: Sandra Guardini Texeira Vasconcelos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- DUVERGER, Maurice. Os Partidos Políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. O impacto da crise do socialismo nos partidos comunistas no Brasil. **Tese (Doutorado em Ciência Política)** – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- HARNECKER, Marta. **Estratégia e Tática**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2003.
- KINZO, Maria D’Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n.7, 2005.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que Fazer?** Tradução: Editora de Humanismo. São Paulo: Editora Hucitec. 1978.
- \_\_\_\_\_. Esquerdismo: doença infantil do comunismo. Fonte da transcrição: 5ª Edição Global Editora, Brasil. Transcrição para Web: o “vermelho”. HTML por José Braz para os Marxist Internet Archive. Disponível em: <[HTTP://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm](http://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm)>.
- LESSA, Sérgio. Política, partido, representação e sufrágio: a polêmica entre Alain Badiou e Ronald Rocha. Resenha de: GARCIA, Célio (org.). **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, Brasiliense, vol. 1, n. 3, 1996, p. 169-170, 1995.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, vol. 1. 1990.
- PANEBIANCO, Ângelo. **Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. A modernidade democrática: adeus à revolução? **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 1, p. 27-38, 1994. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo285Artigo1.2.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo285Artigo1.2.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2014.